São Paulo turismo www.spturis.com

São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60

PREFEITURA DE SÃO PAULO TURISMO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da **SÃO PAULO TURISMO S/A**, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, com as respectivas notas explicativas e os pareceres dos Auditores Independentes e Conselhos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Perfil da Empresa

"O planejamento e execução de programas de incentivo à atração de turistas ao município de São Paulo", "O fornecimento de infraestrutura para a realização de eventos que integram o calendário da cidade", e, "A locação de espaços para feiras de negócios e shows no Anhembi Parque e no Autódromo de Interlagos", formam a base das atividades da empresa. Fundada em 1970, a São Paulo Turismo é uma empresa de capital aberto, tendo como acionista majoritária a Prefeitura do Município de São Paulo com 97,3% das ações ordinárias. A empresa está estabelecida no Parque Anhembi, o maior e mais bem localizado complexo de eventos da América Latina, situado às margens do Rio Tietê, com fácil acesso, inclusive pelos serviços de transportes públicos.

O **Anhembi Parque** é composto por três grandes áreas para locação: O **Pavilhão de Exposições**, com 76.319 m² de área para exposição, recebe as maiores e mais importantes feiras realizadas na América do Sul. O **Palácio das Convenções**, um complexo de salas moduláveis, auditórios e halls distribuídos em 35.997 m², com ênfase para o Auditório Celso Furtado, com 2.553 lugares, e o Auditório Elis Regina, com 799 lugares e 6.500 m² de área de exposição. Completando o complexo do Anhembi Parque temos o **Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo**, **"o Sambódromo"**, com mais de 100 mil m² para a realização de eventos, compreendendo a Arena Anhembi com 22.936 m² e capacidade para 30 mil pessoas, 10 setores com módulos de arquibancadas, infraestrutura de camarotes, sanitários, bares e pista de desfile (Passarela Adoniran Barbosa), além da antiga área de dispersão, atualmente denominada Nova Arena Anhembi, com 14.095 m² e capacidade para 24 mil pessoas.

O **Autódromo José Carlos Pace**, conhecido como Autódromo de Interlagos, é administrado pela São Paulo Turismo desde 2005, decorrente do Termo de Permissão de Uso a Título Precário e Gratuito nº 3.711, da Prefeitura Municipal de São Paulo. Nesse complexo além da pista principal, que recebe os diversos eventos automobilísticos, entre os quais, o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, hoje o único do circuito da fórmula 1 na América do Sul, incorporam a área também o Kartódromo Ayrton Senna e diversos espaços livres que recebem shows musicais e outros eventos. Do início da administração em 2005, diversas obras tem garantido melhorias importantes no equipamento, tais como: a reestruturação e o recapeamento completo da pista; um novo hospital; ampliação e cobertura do terraço do Paddock; troca da cobertura dos boxes; banheiros em alvenaria; ampliação da pista na entrada dos boxes; melhoria da visibilidade em curvas como o "S do Senna"; novas cabines de rádio e TV; entre outras melhorias.

O **Terminal Turístico de Compras 25 de Março**, que tem por objetivo fornecer ao turista, serviços de estacionamento e infraestrutura voltados ao incentivo das compras e visitação ao comércio na região, é administrado pela empresa desde os anos 90, está localizado na Rua São Vito, s/nº, no centro da cidade, ocupando área de 7,0mil m², incluindo via pública para manobras. Possui baias demarcadas e numeradas, banheiros masculinos e femininos, ambos com chuveiros, sala para guarda-volumes, salas de administração e de espera, telefones públicos e refeitórios para funcionários, além de salas para locação. O Terminal recebe em média 400 ônibus por mês, provenientes de várias cidades e regiões do País.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2013 foi um ano em que a cidade de São Paulo iniciou nova administração e então promovemos ajustes necessários ao enquadramento nas diretrizes estabelecidas. A São Paulo Turismo S. A., a partir da administração e exploração comercial de seus equipamentos e no atendimento em conjunto com a Prefeitura do Município de São Paulo, das grandes feiras e eventos que a cidade organiza e recebe, tais como: **Natal Iluminado**, **São Paulo Fashion Week, Virada Cultural**, **Virada Esportiva**, **Carnaval, Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, Preparação da Cidade de São Paulo para a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 -** entre outros, reforçou sua atuação e posição no segmento o que naturalmente fortaleceu e renovou a permanência da Cidade de São Paulo entre os maiores centros de visitação do mundo.

A SÃO PAULO TURISMO S. A. tem a responsabilidade pela formulação da política, promoção e estruturação das atividades turísticas na cidade de São Paulo, com projetos **(CapaCidade, Sinalização, novas Centrais de Informações ao Turista – CITs e Observatório do Turismo, Promoção da Cidade de São Paulo)** voltados à divulgação da Cidade como polo turístico, inclusive de negócios, tornando-se referência para o turista que busca lazer, cultura, eventos, estudos, shows, entretenimento, saúde, compras etc.

Estudo do Observatório do Turismo, núcleo de pesquisas da SPTuris, mostra crescimento de 6,8% na arrecadação de ISS do turismo (Imposto sobre Serviços do Grupo 13) em 2013 ante o ano anterior. Segundo dados da Secretaria Municipal de Finanças, o índice partiu de R$ 87 milhões em 2005, atingiu R$236 milhões em 2012 e bateu R$ 252 milhões em 2013.

Alguns indicadores do turismo paulistano:

Arrecadação ISS (R$ mi)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2013	21,8	18,8	17,7	21,9	22,2	20,7	20,8	19,7	20,8	22,2	22,8	22,7	252,5
2012	20,1	17,4	16,8	21,9	18,9	20,8	19,6	18,8	19,8	19,3	21,6	20,6	236,2

Aumento de 6,8% em comparação a 2012

Ocupação Hoteleira (%)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2013	52,96	58,88	70,98	71,94	67,85	70,15	64,18	68,09	69,43	70,22	71,39	50,48	65,55
2012	53,14	57,33	73,56	67,35	72,65	70,04	65,11	71,35	68.17	70.63	69,97	52,26	65,99

Valor da Diária Média (R$)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2013	288,60	308,81	316,46	322,60	309,89	313,29	303,54	303,38	317,41	321,36	332,49	307,43	312,11
2012	257,83	271,05	296,32	298,89	316,66	306,49	298,61	305,08	297,74	303,02	309,40	281,24	295,19

ANÁLISE DOS RESULTADOS - R$ milhões

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Líquida	**99,3**	**115,8**	**128,9**	**193,1**	**198,4**	**205,6**	**181,1**
Despesas Operacionais	**(102,4)**	**(114,6)**	**(118,0)**	**(185,7)**	**(214,5)**	**(198,4)**	**(180,3)**
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	**(3,1)**	**1,2**	**10,9**	**7,4**	**(16,1)**	**7,2**	**0,8**
Resultado do Exercício	**(7,1)**	**(1,1)**	**5,5**	**0,7**	**(13,5)**	**1,1**	**0,4**

EBITDA

(Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional obtida pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

Ainda que o EBITDA não expresse, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil e nos Estados Unidos, uma medida do fluxo de caixa operacional, é aqui utilizado como indicador para medir nosso desempenho operacional. Adicionalmente entendemos que alguns investidores e analistas financeiros o utilizam com esse fim, ou seja, como indicador de desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Reconciliação EBITDA - R$ milhões	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(7,2)**	**(1,1)**	**5,5**	**0,7**	**(13,5)**	**1,1**	**0,4**
(+) IR, CSLL	**–**	**–**	**1,5**	**1,9**	**–**	**1,3**	**1,0**
(+) Despesa Financeira Líquida	**4,1**	**3,7**	**2,3**	**4,7**	**(2,6)**	**4,8**	**(0,6)**
(+) Depreciações e Amortizações	**3,6**	**3,8**	**4,4**	**4,7**	**5,2**	**4,6**	**7,0**
EBITDA	**0,5**	**6,4**	**13,7**	**12,0**	**(10,9)**	**11,8**	**7,8**

Valor Adicionado

O valor adicionado em 2013 totalizou R$ 97.310 mil. Desse montante R$ 33.557 mil, equivalente a 16,7% das receitas obtidas e 34,5% do valor adicionado total, foram destinados aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

Distribuição do Valor Adicionado:

- Remuneração do Trabalho = 63,9%
- Remuneração do Governo = 34,5%

INVESTIMENTOS

Os investimentos da São Paulo Turismo em 2013 concentraram-se na conclusão das obras iniciadas no ano anterior e na manutenção do Complexo Anhembi e Autódromo de Interlagos.

Face ao crescimento das feiras e convenções na cidade de São Paulo, temos claro que doravante investimentos mais significativos deverão ter prioridade, para que possamos atender e nos manter competitivamente para o atendimento/realização dos grandes eventos que se instalarão na cidade nos próximos anos, como a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao ofício circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 não ocorreu a prestação de serviços não relacionados à auditoria de demonstrações contábeis, realizada pela empresa UHY Moreira - Auditores. A política de atuação da Empresa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa juntos aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência desses auditores e consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos a nossos clientes, fornecedores e colaboradores, pela confiança e compromisso, assim como destacamos agradecimentos aos nossos acionistas, especialmente à Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, pela parceria e apoio recebidos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(em milhares de reais)

Ativo	2013	2012
Circulante		
Caixa	45	45
Bancos	7.293	10.170
Aplicações financeiras	21.896	597
Clientes	13.416	14.438
Serviços a faturar	5.515	4.981
Provisão p/devedores duvidosos	(5.679)	(5.681)
Almoxarifado	203	567
Outros valores a receber (Nota 4)	3.105	4.108
Despesas antecipadas	694	87
	46.488	29.312
Não Circulante		
Ativo realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	6.569	7.268
	6.569	7.268
Imobilizado (Nota 5)	246.858	251.523
Intangível	135	196
	253.562	258.987
Total do Ativo	**300.050**	**288.299**

Passivo e Patrimônio Líquido	2013	2012
Circulante		
Acordo PMSP/INSS (Nota 6)	1.500	1.500
Fornecedores	19.092	19.795
Obrigações trabalhistas (Nota 7)	6.887	8.935
Obrigações tributárias (Nota 8)	5.530	6.972
Adiantamentos de clientes	42.476	29.511
Outras exigibilidades (Nota 9)	6.051	12.830
	81.536	79.543
Não Circulante		
Acordo PMSP/INSS (Nota 6)	42.396	41.945
Obrigações tributárias (Nota 8)	61.644	59.876
Provisões para contingências (Nota 10)	3.647	2.069
Receita Diferida - ISS/IPTU (Nota 11)	27.513	28.969
	135.200	132.859
Patrimônio Líquido		
Capital social (Nota 12)	131.790	131.790
Adto. p/futuro aum. Capital	17.409	10.404
Reserva de reavaliação	123.220	124.199
Prejuízos acumulados	(189.105)	(190.496)
	83.314	75.897
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**300.050**	**288.299**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	**120.857**	**10.937**	**125.178**	**(192.597)**	**64.375**
Aumento de capital	10.933	(10.933)	–	–	–
Adiantamentos para aumento de capital	–	10.400	–	–	10.400
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(1.288)	1.288	–
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	–	–	309	(309)	–
Lucro do Exercício	–	–	–	1.122	1.122
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	**131.790**	**10.404**	**124.199**	**(190.496)**	**75.897**
Adiantamentos para aumento de capital	–	7.005	–	–	7.005
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(1.288)	1.288	–
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	–	–	309	(309)	–
Lucro do exercício	–	–	–	412	412
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	**131.790**	**17.409**	**123.220**	**(189.105)**	**83.314**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(em milhares de reais)

	2013	2012
Receita Operacional (Nota 13)	**181.746**	**206.233**
Deduções da receita operacional	(629)	(563)
Receita Operacional Líquida	181.117	205.670
Despesas Operacionais		
Despesas administrativas	(184.311)	(201.565)
Outras receitas (desp.) operacionais, líquidas	4.047	3.153
	(180.264)	(198.412)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	**853**	**7.258**
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras, líquidas	602	(4.858)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**1.455**	**2.400**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.043)	(1.278)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	**412**	**1.122**
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação (Em Reais)	**0,09**	**0,25**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício	**412**	**1.122**
Outros Resultados Abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	1.288	1.288
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(309)	(309)
	979	979
Resultado Abrangente do Período, Líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.391	2.101

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

continua →

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 28 de março de 2014 às 04:42:50.

São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60

São Paulo turismo www.spturis.com

PREFEITURA DE SÃO PAULO TURISMO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

✷ continuação

(em milhares de reais)

	2013	2012
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	**412**	**1.122**
Ajustes - Itens que não Afetam o Caixa:		
Depreciação e amortização	7.024	4.612
Juros e variações monetárias	4.330	4.159
Receita diferida realizada	(1.456)	(3.869)
Provisões para contingências	667	(798)
Variações nos Ativos e Passivos		
Clientes	1.019	2.130
Almoxarifado	364	250
Despesas antecipadas	(606)	598
Outros ativos	1.168	(2.962)
Fornecedores	(703)	(2.712)
Obrigações tributárias	(4.088)	(3.059)
Obrigações trabalhistas	(1.304)	391
Adiantamentos de clientes	8.902	18.533
Outros passivos	(2.014)	(14.266)
Caixa Aplicado nas Operações	**13.715**	**4.129**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição/baixa de ativo imobilizado e intangível	(2.298)	(19.685)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(2.298)**	**(19.685)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de Capital	7.005	10.400
Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento	**7.005**	**10.400**
Diminuição/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**18.422**	**(5.156)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**10.812**	**15.968**
Caixa e Equivalentes de Caixa em no Final do Exercício	**29.234**	**10.812**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(em milhares de reais)

	2013	2012
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	200.774	227.765
Outras receitas	4.047	–
Receitas canceladas	(629)	(563)
Reversão (constituição) de provisão p/devedores duvidosos	2	(1.821)
Não operacionais	–	(121)
	204.194	**225.260**
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(107.317)	(117.100)
Valor Adicionado Bruto	**96.877**	**108.160**
Retenções		
Depreciação e amortização	(7.024)	(5.167)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa	**89.853**	**102.993**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	7.457	2.753
Valor Adicionado Total a Distribuir	**97.310**	**105.746**
Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do trabalho	62.211	58.454
Remuneração de governos		
Federal	22.899	34.611
Municipal	10.658	9.887
	95.768	**102.952**
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e aluguéis	1.130	1.672
Lucros retidos (prejuízo) do exercício	412	1.122
	1.542	**2.794**
Valor Adicionado Distribuído	**97.310**	**105.746**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo observados pela administração os seguintes pronunciamentos, aplicáveis na elaboração das demonstrações contábeis: CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa; CPC 04 (R1) - Intangível; CPC 12 - Ajuste a Valor Presente; CPC 16 (R1) - Estoques; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros; CPC 24 - Evento Subsequente; CPC nº 25 - Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 27 - Ativo Imobilizado; CPC 30 (R1) - Receitas; CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76, foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC TG 03).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2013 e 2012 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

b) Clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. A Cia. constituiu perdas prováveis sobre o valor dos créditos que possuem liquidação duvidosa;

c) Almoxarifado - Os itens mantidos no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;

d) Imobilizado - O imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas. A depreciação é calculada pelo método linear, divulgada na nota explicativa nº 5, com taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. Em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 1, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01).

e) Intangível - Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04);

f) Redução ao valor recuperável - A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangível com o objetivo de identificar eventos ou mudanças das circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação. Em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 1, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01). Consulte a respeito o item 5;

g) Adiantamentos de clientes - A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta refere-se ao montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;

h) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante - São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;

i) Passivo circulante e passivo não circulante - São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;

j) Provisão para Contingências **-** Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25). Consulte a respeito o item 10;

k) Reserva de reavaliação - Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

4. OUTROS VALORES A RECEBER

	2013	2012
Impostos a recuperar	2.683	3.719
Adiantamentos a funcionários	342	301
Outros créditos	1.993	2.001
Prov. devedores duvidosos	(1.913)	(1.913)
	3.105	**4.108**

5. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Custo atualizado	Depreciação acumulada	Líquido 2013	Líquido 2012
Terrenos	–	121.123	–	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2,00 a 10,00%	104.166	(20.781)	83.385	86.756
Túnel de serviços	4,14%	4.287	(1.245)	3.042	3.220
Estacionamento	3,45%	5.906	(1.776)	4.130	4.463
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25,00%	3.010	(869)	2.141	2.264
Instalações	10%	18.431	(10.820)	7.611	8.578
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	5.631	(3.230)	2.401	3.807
Veículos	20%	768	(680)	88	170
Móveis e utensílios	10%	6.863	(5.582)	1.281	1.705
Outros ativos fixos	20% e 10%	1.687	(1.644)	43	44
Construções em andamento	–	21.613	–	21.613	19.393
		293.485	**(46.627)**	**246.858**	**251.523**

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	251.523	236.398
Adições		
Edifícios e benfeitorias	29	537
Estacionamento	10	20
Instalações, máquinas e equipamentos	41	1.985
Veículos	–	27
Móveis e utensílios	26	62
Máquinas e equipamentos	4	55
Outros ativos	10	1
Construções em andamento	2.292	19.149
Total das adições	2.412	21.836
Baixas		
Edifícios e benfeitorias	–	(1.574)
Estacionamento	(72)	
Móveis e utensílios	–	(58)
Máquinas e equipamentos	(41)	(575)
Total das baixas	(113)	(2.207)
Depreciações	(6.964)	(4.504)
Saldos no fim do exercício	**246.858**	**251.523**

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

Em conformidade ao Pronunciamento Técnico, CPC nº 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01), os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa da Companhia para avaliar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização, corresponde à empresa como um todo. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, bem como não identificou eventos ou mudanças de circunstâncias, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2013, não existiam evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

6. ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003 o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, na qual está incluída a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária da São Paulo Turismo S/A., onde o total da dívida da PMSP e suas empresas, incluindo a São Paulo Turismo S/A., estão sendo pagas através da retenção do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Nessa negociação foi ajustado o parcelamento em 240 meses, onde a São Paulo Turismo S/A. participa com um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP. Os montantes pagos em 2013 e 2012 foram respectivamente R$ 1.679 e R$ 1.461. Desde a consolidação, foram pagas 130 parcelas. O saldo devedor, de R$ 43.896 incorpora juros baseados na TJLP, calculados até 31/12/2013.

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2013	2012
Provisão para férias	5.704	6.195
INSS	1.107	1.886
FGTS/PIS/outros	–	495
Obrigações com pessoal	76	359
	6.887	**8.935**

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2013	2012
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	8	17
Parcelamento IPTU/ISS	2.784	2.574
Receita Federal:		
• Parcelamento Lei 11.941/2009	–	673
• COFINS a pagar	555	400
• Impostos retidos	1.141	1.721
• IRPJ a recolher	792	1.236
• CSLL a recolher	250	351
	5.530	6.972
Não circulante		
IPTU/ISS e respectivos parcelamentos	53.341	51.879
Parcelamento tributos federais Lei 11.941/2009	–	3
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	8.303	7.994
	61.644	59.876
Circulante e não Circulante	**67.174**	**66.848**

Em 23/06/2006 a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações desde 1991 para o IPTU, e desde 1997 para o ISS foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Em 2013 e 2012 foram pagos R$ 2.652 e R$ 2.465, respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 90 parcelas e saldo devedor de R$ 56.124.

9. OUTRAS EXIGIBILIDADES

	2013	2012
Carnaval a realizar	909	2.291
Obrigações com a PMSP	4.217	8.283
Recursos municipais e federais - fomento ao Turismo	–	495
Projeto Fundação Catavento	–	298
Outras contas diversas	925	1.463
	6.051	**12.830**

10. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

10.1. A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões, adiante discriminadas, foram constituídas, em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

Não Circulante

Tipo de Ação	2013	2012
Ações trabalhistas	1.548	1.665
Ações cíveis	2.099	404
Totais	**3.647**	**2.069**

10.2. Contingências com Possíveis Perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25), a Companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação	2013	2012
Ações trabalhistas (*)	–	2.822
Ações cíveis (**) (***)	42.824	51.178
Totais	**42.824**	**54.000**

(*) Para possíveis perdas trabalhistas, os assessores jurídicos da Cia., têm a informar que os eventuais débitos somente são fixados por ocasião da liquidação da sentença, seja em execução provisória ou definitiva. Entendeu-se por bem, delimitar apenas os casos em execução, dos quais podem ter idéia de valor aproximado de condenação. Em vista disso, somente foram inseridos os casos de classificação provável, os quais realmente poderão ser desembolsados pela empresa em 2014.

(**) Em 05/02/2010 foi homologado acordo para o processo de Ação de Cobrança nº 000040272877 movido por São Paulo Transporte S/A. Esta empresa é controlada pela Prefeitura de São Paulo, portanto, encontra-se sob o mesmo controle acionário. O objeto da ação são notas de débitos emitidas entre 1997 e 1998. O equacionamento do débito foi mediante autorização da Prefeitura de São Paulo para repasse à conta do Sistema de Transporte Coletivo. Outro processo movido pela São Paulo Transportes S/A., referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997, no montante estimado de R$ 31.389, foi avaliado como de possível perda.

(***) Em 27/11/13, foi obtida liminar para suspender a execução da sentença referente ação movida por Ética Recursos Humanos e Serviços, a mesma estava em execução, foi ajuizada ação rescisória visando desconstituir o acórdão, onde foi obtida tal liminar. Por conta disso foi alterada a sua classificação de provável (junho de 2013 - 2º ITR) para possível (novembro/2013).

11. RECEITA DIFERIDA - ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, conforme demonstrado na nota 8, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

continua ✷

www.spturis.com

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 28 de março de 2014 às 04:42:50.

São Paulo turismo www.spturis.com

São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60

PREFEITURA DE SÃO PAULO TURISMO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

→✷ continuação

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

12. CAPITAL SOCIAL

	Quantidades em 2013			Valores	
	Ações Ordinárias	**Ações Preferenciais**	**Total**	**2013**	**2012**
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.971	199.971
A subscrever	(1.690.889)	(666.714)	(2.357.603)	(67.923)	(67.923)
	4.463.716	119.704	4.583.420	132.048	132.048
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
Integralizado	**4.460.348**	**114.095**	**4.574.443**	**131.790**	**131.790**

A empresa contava com aproximadamente 3.549 acionistas em 31/12/2013. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. O último preço cotado indicado no site da BM&FBOVESPA, na consulta ao link "Cotação Rápida" era de R$ 19,50 para as ações ordinárias em 27/05/2013, R$ 20,01 para as ações preferenciais "A" em 07/01/2014 e R$ 35,01 para as ações preferenciais "B", em 13/04/2012.

13. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) - PADRÃO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração.

A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999- RIR/99) determina que a Receita Líquida, representa o montante da Receita Bruta deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	2013	2012
Receita Operacional Bruta	**200.774**	**227.752**
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(19.028)	(21.519)
	181.746	**206.233**
Deduções da receita bruta	(629)	(563)
Receita Operacional Líquida	181.117	205.670

14. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia no período foi de R$ 3.252 (R$ 3.401 em 2012).

15. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	**Modalidade**	**2013**	**2012**
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	94.650	101.500
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

16. ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELA MP Nº 627, DE 2013

As novas regras estabelecidas pela referida MP serão obrigatórias a partir de 01/01/2015, embora o contribuinte possa optar pela aplicação antecipada a partir de 01/01/2014, de forma irrevogável e irretratável na forma do artigo 71 do mencionado diploma legal, portanto, representam regras inaplicáveis para as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2013.

17. AUTORIZAÇÃO DE CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Domério Nassar de Oliveira, a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 12 de março de 2014.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Pelo presente instrumento os Diretores da **São Paulo Turismo S.A.**, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da UHY - Moreira Auditores, datado de 21 de março de 2014, relativamente às demonstrações contábeis da **São Paulo Turismo S.A.**, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da **São Paulo Turismo S.A.** relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 24 de março de 2014

WILSON MARTINS POIT - Diretor Presidente

ITALO CARDOSO ARAUJO - Diretor Vice-Presidente

DOMÉRIO NASSAR DE OLIVEIRA

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

JOÃO BATISTA DE GODOY - Diretor Representante dos Empregados

LUCIANE FARIAS LEITE - Diretora de Turismo e Entretenimento

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da **São Paulo Turismo S.A.**, em reunião, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado aos 31 de dezembro de 2013, com base nos acompanhamentos realizados durante o exercício financeiro, e à vista do relatório dos auditores da UHY Moreira - Auditores, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2013, razão pela qual recomendam sua aprovação pela Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 25 de março de 2014

ANNA LUIZA RAMOS FONSECA

ANTONIO LUIZ DOS SANTOS

FÁBIO ALVES CORREIA

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

MARIO VINÍCIUS CLAUSSEN SPINELI

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **São Paulo Turismo S.A.,** por seus membros abaixo assinados, em reunião, examinando o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, tendo em vista que já foi objeto de apreciação e deliberação pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, que as aprovaram, e em atendimento à legislação que rege a matéria, manifestou sua concordância e determinou o encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 26 de março de 2014

FABIO MANZINI CAMARGO

Presidente do Conselho

ADELAIDE MARIA BEZERRA MAIA DE MORAES

ADEMIR JOSÉ MORAIS MATA

FRANCISCO DJAIR GALVÃO FREIRE

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

MARIA APARECIDA PEREZ

VALDÍCIO TORRES DA SILVA

CONTADORA

REGIANE ABREU DOS SANTOS - Contadora - CRCCT nº 1SP230562/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
DD. Diretoria da
São Paulo Turismo S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **São Paulo Turismo S.A.,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **São Paulo Turismo S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **São Paulo Turismo S.A.** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **São Paulo Turismo S.A.**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **São Paulo Turismo S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, as novas regras estabelecidas pela referida MP nº 627/2013 serão obrigatórias a partir de 1º/01/2015, embora o contribuinte possa optar pela aplicação antecipada a partir de 1º/01/2014, de forma irrevogável e irretratável na forma do artigo 71 do mencionado diploma legal, portanto, representam regras inaplicáveis para as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2013. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração da **São Paulo Turismo S.A.**, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 15 de março de 2013, sem ressalva e com ênfase de que as demonstrações contábeis relativas aos exercícios de 2010 e 2011, foram reapresentadas, em razão de seus valores terem sido retificados, em decorrência do mencionado na nota explicativa nº 2.3.1, às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, em observância ao disposto no item 49 do Pronunciamento Técnico CPC 23. E parágrafo de outros assuntos quanto a DVA e valores do exercício de 2011 apresentados para fins de comparabilidade.

São Paulo, 21 de março de 2014

UHY Hacker Young Chartered Accountants

UHY Moreira - Auditores
CRC 2 RS 3717 S SP

Diego Rotermund Moreira
Contador CRC 1 RS 68603 S SP
CNAI n° 1128
Sócio - Responsável Técnico

www.spturis.com

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 28 de março de 2014 às 04:42:51.